



Comunicação oral: Eixo 2 – Alfabetização e Letramento

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE 2014-2024: UM DESAFIO DA ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS

Pablo Afonso Silva – UFMS/Três Lagoas*
Rozemeiry Moreira – UFMS/Três Lagoas**

Resumo: Este trabalho analisa o texto da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2014) e sua materialização no contexto educacional, tendo em vista o prazo de 10 anos para o cumprimento das metas propostas. Dentre as vinte metas existentes, realizou-se uma pesquisa qualitativa de base documental, na qual foi examinada a meta nove e suas estratégias para alfabetização da população com 15 anos ou mais. Os resultados apontam que, a erradicação do analfabetismo e a universalização da alfabetização, ambas, possivelmente não serão alcançadas devido à desigualdade social e a incidência de evasão escolar dessa população.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação. Alfabetização. Erradicação do analfabetismo.

Introdução

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE/2014) possibilitou analisar as condições de materialização das estratégias da meta nove até a presente data. Nesse sentido, o presente trabalho analisou a alfabetização de jovens de 15 anos ou mais, a partir das respectivas estratégias para serem concretizadas durante a vigência de 10 anos no Brasil.

A análise da meta em questão buscou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE/2001) sobre a definição censitária de alfabetização como a de saber ler e escrever e a de acesso dessa população à escolarização. E comparou com os dados em Relatório do PNE/2001 os quais, apenas um terço dos mais de 29 milhões de pessoas desse grupo populacional não concluíram a primeira fase do ensino fundamental.

Com isso, a inquietação da análise é patente ao ter acesso da respectiva Meta no PNE 2011 e identificar que “[...] até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional”. Isso é, de jovens de 15 anos ou mais que saibam fazer a assinatura do próprio nome e capazes de “ler e escrever

*Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/Três Lagoas), integrante do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação de Professores (GForP-UFMS/CPTL) – Mato Grosso do Sul. E-mail: pabloafonsosilva@hotmail.com.

**Professora Doutora em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/ Três Lagoas). Grupo de Estudos e Pesquisas Processo(s) de gestão e formação docente/CNPq – (UFMS/CPTL). E-mail: rozemeiry.moreira@hotmail.com.



um bilhete simples” e àquele “que aprendeu a ler e escrever, mas esqueceu (...)”. (IBGE/2001, p.24).

Mudar esse cenário é urgente, mas é pertinente pensar, inicialmente, sobre o termo incisivo do significado de “erradicação” e em que localização territorial carece de mais ações concentração de mais escolas, mais professores, uma educação mais significativa à realidade dessa população.

Plano Nacional de Educação 2014-2024

O Plano Nacional de Educação (PNE), é uma política de Educação elaborada em forma de um Plano de Estratégia Política para Sistemas de Educação e respectivas escolas em atenção ao que foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, visando sobretudo a concretização do Art.205 determinada pela Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Prosseguindo, pondera-se o objetivo constitucional de educação como ‘pleno desenvolvimento’ e quais as determinações para serem alcançadas pela Meta 9:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (BRASIL, 2015, p.67)

A interpretação da Meta 9 envolve distribuição de recursos que interfere na tradução das políticas vista pelas relações estabelecidas para elevar a taxa da população jovem. Inclusive as definições adotadas pelo Instituto Brasileiras de Geografia e Estatística (IBGE), que se consideram alfabetizadas a pessoa que declara saber ler e escrever e, analfabeta funcional a pessoa com 15 anos ou mais de idade que possui menos de quatro anos de escolaridade ou que declara não saber ler e escrever. Ressalta daí, a importância de monitoramento das vinte metas¹ previstas no PNE/2014 publicados em relatório a cada dois anos.

¹Os temas tratados de acordo com cada meta no PNE: educação infantil (1), ensino fundamental (2), ensino médio (3), educação especial (4), alfabetização das crianças (5), tempo integral (6), qualidade da educação, básica / Ideb (7), escolaridade média da população de 18 a 29 anos (8), alfabetização da população com 15 anos ou mais / erradicação do analfabetismo absoluto (9), educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (10), educação profissional técnica de nível médio (11), acesso à educação superior (12), qualidade da educação superior / titulação do corpo docente (13), acesso à pós-graduação stricto sensu / ampliação do número de titulados (14), formação dos profissionais da educação/professores da educação básica com formação específica de nível superior (licenciatura na área de conhecimento em que atuam) (15), formação, em nível de pós-graduação, dos professores da educação básica / formação continuada na área



Até o momento existem dois relatórios publicados² e os demais previstos para 2020, 2022 e 2024, quando teremos o relatório final, podendo, então, analisar se as metas propostas foram alcançadas e, em caso contrário, como alcançá-las em um novo PNE.

O relatório de 2018 apresenta dois indicadores para o monitoramento da Meta 9 prevista no PNE/2014, sendo:

- a) Indicador 9A: taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade;
- b) Indicador 9B: taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade.

O monitoramento desses indicadores compreende o período de 2012 a 2017 e apresenta os desafios que se colocam à consecução da Meta 9, por desagregação das grandes regiões, unidades da Federação, localização, sexo, cor/raça e renda. (BRASIL, 2018).

Focalizado o olhar para ao Indicador 9B referente a taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade, esta consiste em uma redução em 50% até 2024, conforme apontou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) anual de 2012. (BRASIL, 2018, p. 167).

Nessa pontuação, o analfabetismo é de natureza social, resultante dos processos de marginalização social tão marcante na realidade brasileira conforme se distribui o analfabetismo nas regiões do país.

Essa identificação pode ser interpretada sob dois aspectos: por um lado, as políticas de universalização do ensino fundamental têm logrado sucesso ao fornecer a uma parcela da população um instrumental de competências curriculares à alfabetização; por outro lado, a delimitação em faixas etárias mais elevadas mostra que, durante a história da educação brasileira, faltaram elementos para assegurar a educação básica obrigatória a uma significativa parcela da população. Essa desigualdade é facilmente observada, discursada e justificada em muitos programas de alfabetização sem com isso amenizar o analfabetismo.

de atuação (16), equiparação, até o final de 2019, do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente (17), planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino / piso salarial nacional para profissionais da educação básica pública – referenciados na Lei do Piso (18), gestão democrática da educação (19) e investimento público em educação pública (20).

²Sendo: Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2014-2016 e Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE 2018.

O monitoramento dos indicadores 9A e 9B

O monitoramento dos indicadores 9A e 9B da Meta 9 possibilita a revisão, modificação e, requer a melhoria das decisões mediante a um novo planejamento, sobretudo da e para a realidade conforme a tabela abaixo do Indicador 9A:

Tabela 1: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil – 2012-2017

Indicador 9A	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	91,4%	91,7%	92,1%	92,3%	92,8%	93,0%

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2017).

*Relatório de monitoramento – dado apresentado graficamente

É perceptível, na tabela 1, que a meta do indicador 9A alcançou 92,1% em 2014, ano que inicia a década do PNE em vigência. Mais tarde, em 2017, observou-se a elevação de sete décimos percentuais de jovens alfabetizados, o que representa uma melhoria tênue da população de jovens de 15 anos considerados analfabetos. Em relação à tabela 2 em que demonstra a taxa de alfabetização da população de jovens de 15 anos observamos:

Tabela 2: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil e grande região – 2012-2017

Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Norte	90,4%	90,6%	91,1%	90,9%	91,5%	92,0%
Nordeste	82,9%	83,4%	83,9%	84,3%	85,2%	85,5%
Sudeste	95,2%	95,5%	95,7%	95,9%	96,2%	96,5%
Sul	95,2%	95,6%	96,0%	96,1%	96,4%	96,5%
Centro-Oeste	93,1%	93,6%	93,9%	94,1%	94,3%	94,8%
Brasil	91,4%	91,7%	92,1%	92,3%	92,8%	93,0%

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2017).

*Relatório de monitoramento – dado apresentado graficamente

Quando se analisa a Tabela 2 do indicador 9A, pode-se perceber que algumas regiões do Brasil possuem sua taxa de alfabetização maior que a média nacional, destacando-se o Sudeste, Sul e o Centro-Oeste. Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste têm baixo desempenho na alfabetização comparado às demais regiões. Já o Indicador 9B mostra que:

Tabela 1: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade - por Brasil – 2012-2016

Indicador 9B	2012	2013	2014	2015	2016
	18,3%	18,1%	17,6%	17,1%	16,6%

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad contínua/IBGE (2016).

*Relatório de monitoramento – dado apresentado graficamente



A taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade percebe-se que ocorreu uma diminuição significativa, porém foi lenta igual o crescimento da taxa de alfabetizados, em que a taxa de analfabetismo funcional seguiu alta. Se compararmos desde 2012, a qual a taxa era de 18,3%, ocorreu uma queda de 1,7% até o ano de 2016 de acordo com os relatórios (Brasil, 2018). Contudo, permanece perceptível que a meta do indicador 9B está longe de chegar ao cumprimento da meta, a taxa de 9,2%.

Em relação à Tabela 2 do indicador 9B indica algumas regiões com menor taxa de analfabetismo funcional:

Tabela 2: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, por Brasil e grande região – 2012-2016

Região	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	21,9%	21,7%	20,4%	20,1%	20,2%
Nordeste	28,5%	27,8%	27,2%	26,7%	25,9%
Sudeste	13,2%	13,2%	12,7%	12,4%	11,5%
Sul	13,7%	14,1%	13,8%	13,4%	12,8%
Centro-Oeste	16,5%	16,4%	16,1%	14,7%	15,9%
Brasil	18,3%	18,1%	17,6%	17,1%	16,6%

Fonte: Elaborado pela Direcd/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2012-2015) e Pnad contínua/IBGE (2016).
*Relatório de monitoramento – dado apresentado graficamente

Identificamos na Tabela 1 (9B), que as regiões Centro-Oeste, o Sul e principalmente o Sudeste apresentaram a menor taxa de analfabetismo funcional. E, em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste têm as maiores taxas de analfabetismo funcional. Partindo-se para uma análise geográfica tais taxas podem até ser justificadas, mas são contraditórios, vistos que os mesmos programas e pactos também chegam ou deveriam chegar nessas regiões.

De modo que, torna-se oportuno questionar: - o que leva a região Norte, e principalmente o Nordeste, a terem um baixo desempenho no crescimento da taxa de alfabetização comparado às demais regiões? Seriam questões apenas geográficas? Por falta de investimento das esferas governamentais, que deixam a desejar na fomentação e no cumprimento de políticas educacionais?

Com isso, é observável que as regiões que têm altas taxas de alfabetizados são as responsáveis pelas menores taxas de analfabetismo funcional, podendo afirmar que é consequentemente proporcional que o aumento das taxas de alfabetização gere redução nas taxas de analfabetismo funcional.

Fato este, que motiva a continuidade em questionar: - o que leva as mesmas regiões a ter uma menor taxa de analfabetismo? A resposta nos parece clara, impondo, sobretudo, maiores investigações sobre a efetividade de formação de professores sob os aspectos tempo e espaço que estendem além dos muros da escola, a fim de compreender a alfabetização como



processo que não começa nem acaba no espaço escolar, concebendo-a como sistema de representação da linguagem (FERREIRO, 1985), por meio do ingresso na cultura escrita.

Como ser coerente em apontar a incidência do analfabetismo quando se trata do Nordeste, que é de 8,5% a mais do que a média nacional e 14,4% comparado ao Sudeste? Quais discursos de âmbito pedagógico poderá justificar o que, possivelmente seja o mais agravante no processo de escolarização da educação básica em que os estudantes já tiveram ou deveriam ter tido contato com inúmeras fontes de leitura e interações afins.

Diante disso, mostra-se relevante sinalizar novos rumos da prática de alfabetização e concomitantemente suscitar o interesse de jovens e adultos sobre a importância do ato de ler, escrever e operar os números. Possivelmente amenizar as desigualdades econômicas, sociais e culturais diante das disparidades locais e regionais. Fatores estes da multiplicidade de discriminações de etnia, raça, gênero, orientação sexual, necessidades educativas especiais, idade, credo e demais manifestações excludentes e ofensivas da dignidade do ser humano.

Considerações finais

Do exposto, reitera-se a importância da alfabetização para o avanço da sociedade, inclusive validada pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao incluir o índice de analfabetismo com um dos aspectos a serem considerados para a obtenção do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Apesar dessa relevância evidenciada, no Brasil, a alfabetização mantém-se com um dos problemas ainda ser resolvido.

No entanto, verifica-se a ausência da avaliação mais coerente do PNE para mediante os resultados fazer o que já deveria ter sido feito em termos de Educação e sua estrutura organizacional, dentre estes, o aprimoramento da estrutura física das escolas e melhorias das condições de trabalho dos professores e de um currículo que promova o conhecimento e não apenas a performatividade do conhecimento. Pois, a melhoria da educação não apresenta “aventurar-se” na criação de novos e tantos programas, sem sequer realizar uma pretensa avaliação para identificar sua efetividade, bem como o diagnóstico da Alfabetização no Brasil.

Reafirmamos, portanto, que o analfabetismo não está descartado na população de jovens de 15 anos e, certamente não será eliminado sem a reflexão e mobilização da sociedade para uma conquista pela igualdade social e pela educação de qualidade sem o caráter de assistencialismo, de crenças, gêneros e raças.



E, sobretudo, que essa população encontre o significado de sua permanência na escola. Assim, a finalidade de um PNE se justifica como constante desafio para a alfabetização da população de 15 anos.

Referências

- BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. *Plano Nacional de Educação 2014-2024* [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 193).
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 2019.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016*. – Brasília, DF: Inep, 2016. 590 p.: il.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018*. – Brasília, DF: Inep, 2018. 460 p.: il.
- FERREIRO, E. A representação da linguagem e o processo de alfabetização. *Cadernos de Pesquisa*, n. 52, p. 7-17, 1985.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): micro-dados 2004-2015*. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/microdados.shtm>. Acesso em: 21 jun. 2019.

2021 Coloque em sua Agenda
Vou pra Sorocaba - SP

FOI MARAVILHOSO CONTAR COM VOCÊS EM NOSSO EVENTO – AINDA QUE DE FORMA REMOTA. ESPERAMOS VOCÊS NO II COLÓQUIOS DE 25 A 28 DE MAIO DE 2021.

II COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Equidade social na educação brasileira

25 a 28 de maio de 2021



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educao>

Informações:

geplageufscar@gmail.com

What



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educao>